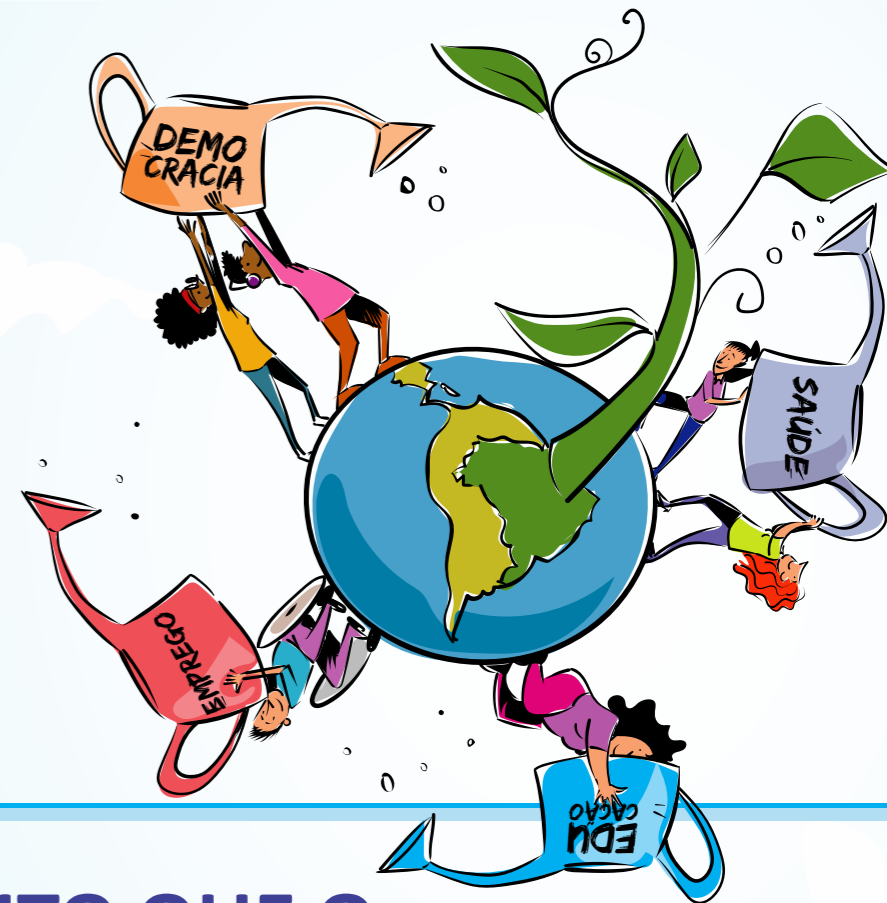
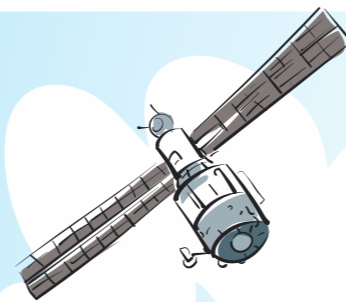


contrafcut @contrafcut @contrafcut www.contrafcut.org.br +55 11 3107.2767

Rua Libero Badaró, 158 / 1º andar • Centro • São Paulo / SP • CEP 01008-000



DO JEITO QUE O POVO QUER

Mudanças no sistema tributário precisam beneficiar os mais pobres

www.contrafcut.org.br



COM DISTRIBUIÇÃO DE RENDA,
DIREITOS, EMPREGO DECENTE E
PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

DO JEITO QUE O POVO QUER

Mudanças no sistema tributário
precisam beneficiar os mais pobres



Mudanças no sistema tributário precisam beneficiar os mais pobres

| | |
|----------------------------------------|----|
| “Quem sabe mais, luta melhor!” | 06 |
| Quem paga a conta? | 08 |
| Direto e reto! | 10 |
| Robin Hood às avessas | 12 |
| É aqui que a porca torce o rabo! | 14 |
| Simplificar pra que e pra quem? | 16 |
| Bora mudar o rumo dessa prosa! | 18 |

“QUEM SABE MAIS, LUTA MELHOR!”

Promessa recorrente de diversos governos, a reforma do sistema tributário brasileiro era esquecida pelo Congresso Nacional, mas agora entrou, de uma vez por todas, na pauta de discussões de todo o país.

O tema está ligado à vida de toda a população, mesmo assim, não é fácil de entender. Por isso, temos que ficar atentos para que as mudanças não beneficiem apenas empresários e a parcela mais rica da população.



Então, vamos à leitura para, depois, levarmos este debate para nossas bases! Precisamos cobrar deputados e senadores para que eles aprovelem uma reforma tributária com justiça fiscal, que beneficie o povo brasileiro!

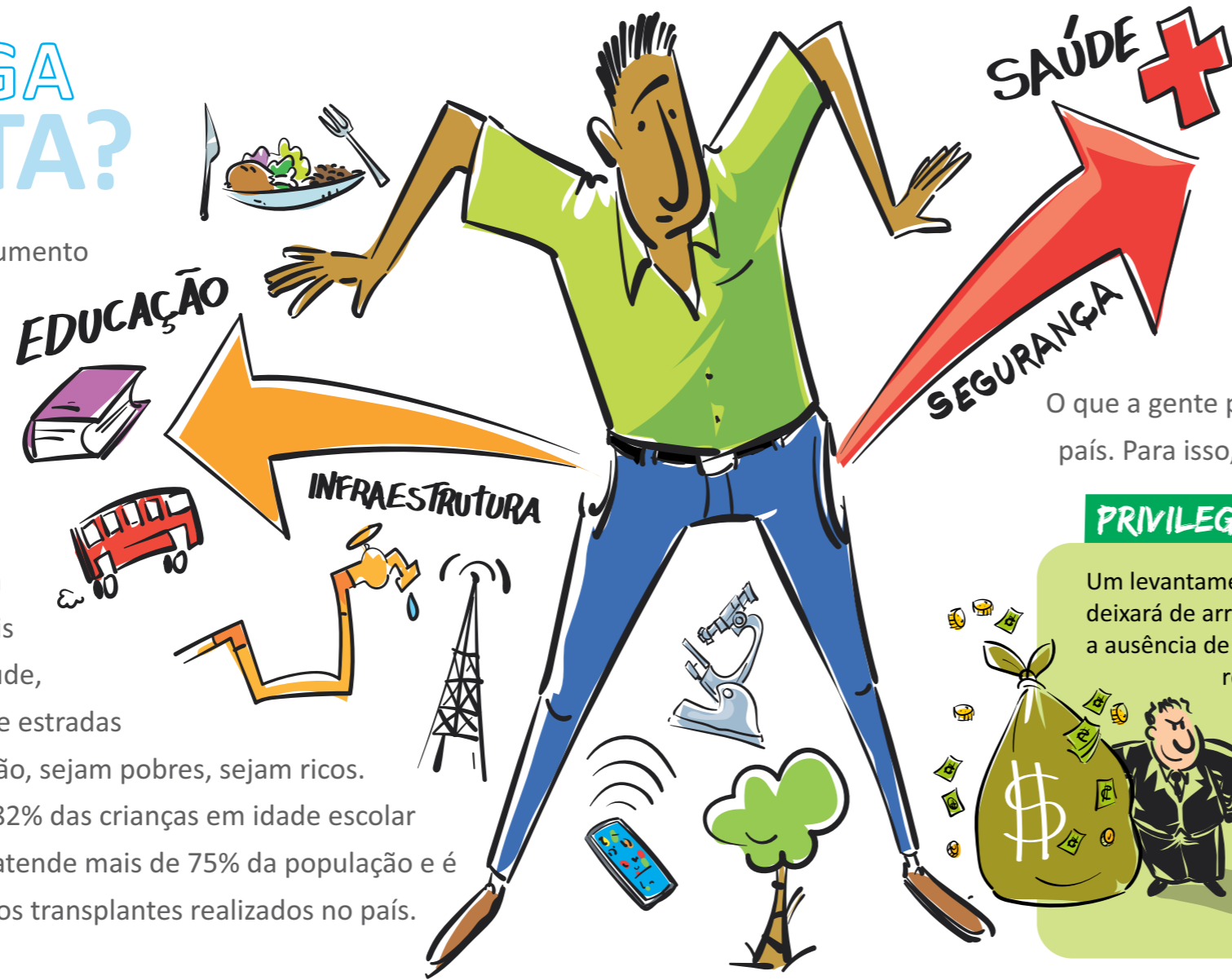
**Confederação Nacional dos Trabalhadores do
Ramo Financeiro (Contraf-CUT)**

QUEM PAGA A CONTA?

O sistema tributário é um instrumento utilizado, principalmente, para arrecadar recursos necessários para a cobrir os custos de serviços públicos para a população.

Funciona assim: o Estado cobra impostos, tributos, taxas... para poder garantir os direitos sociais como segurança, educação, saúde, infraestrutura, pavimentação de estradas que beneficiam toda a população, sejam pobres, sejam ricos.

Para se ter uma ideia, mais de 82% das crianças em idade escolar estão na escola pública; o SUS atende mais de 75% da população e é responsável por mais de 95% dos transplantes realizados no país.



São serviços imprescindíveis para toda a sociedade. Mas nada é de graça! Por isso, não adianta simplesmente defender a redução ou o fim dos impostos, como alguns fazem. Se há redução de impostos, também se reduz a arrecadação. E, para garantir dinheiro para a educação das crianças, para os hospitais, para a construção de estradas e outros serviços essenciais a quem não pode pagar por serviços privados, mais do que cobrar impostos é preciso saber de quem e como cobrar.

O que a gente precisa é de um sistema tributário justo, que permita a redução da desigualdade social no país. Para isso, precisamos reduzir o peso dos tributos cobrados dos mais pobres e cobrar daqueles que não pagam, ou pagam muito pouco, casos dos super-ricos.

PRIVILEGIADOS

Um levantamento da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco) aponta que o Brasil deixará de arrecadar R\$ 641 bilhões em 2023. Destes, R\$ 440 bilhões são por causa de privilégios tributários, como a ausência de impostos sobre grandes fortunas e o refinanciamento de dívidas com a União. Veja em que esses recursos poderiam ser investidos:

Perdas com privilégios tributários: R\$ 440 bilhões
Com estes recursos daria para construir:

27.922

escolas com capacidade para 225 alunos cada

26.782

Unidades Básicas de Saúde (UBSs)

32.987

Unidades de Pronto Atendimento (UPAs)

3.111.755

unidades habitacionais com 47m²

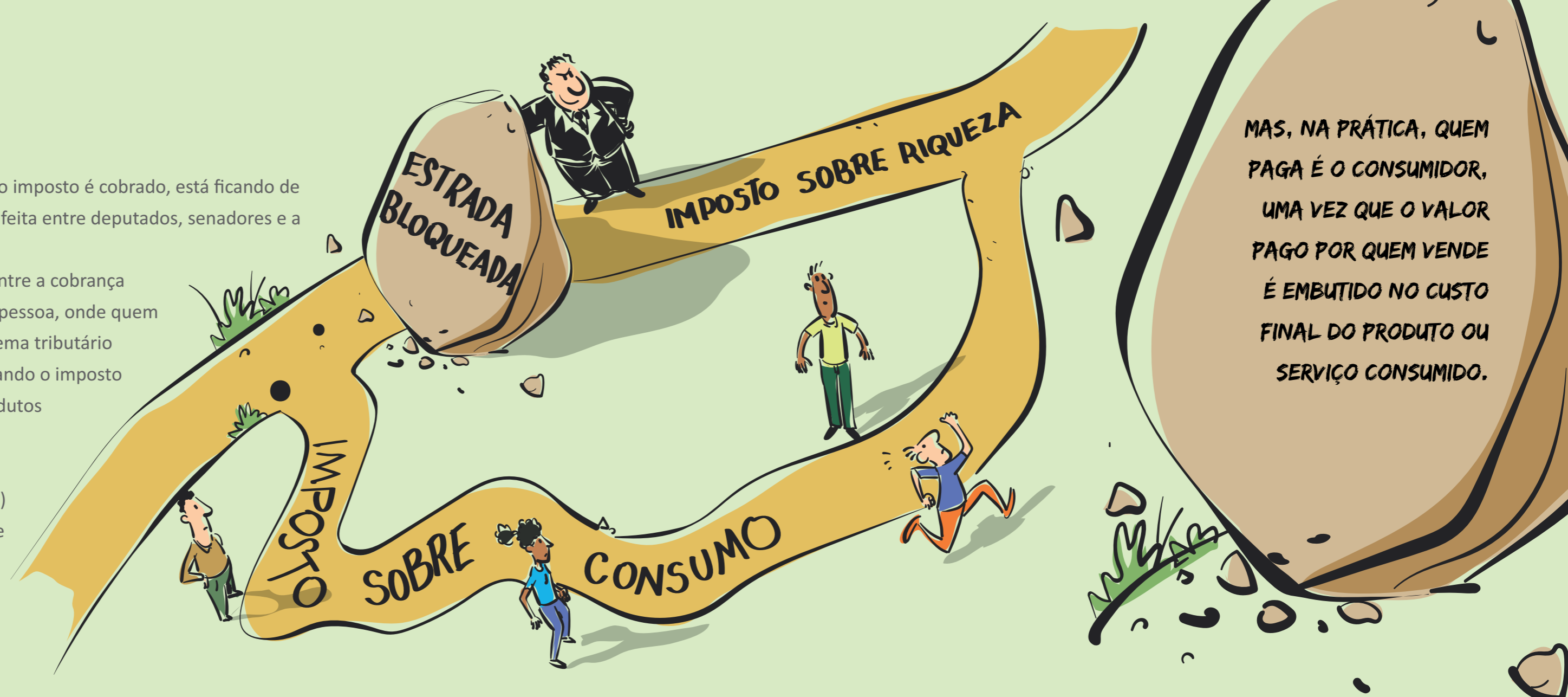
Fonte: Privilegiômetro Tributário

DIRETO E RETO!

A base de incidência, ou seja, de onde o imposto é cobrado, está ficando de escanteio na discussão que está sendo feita entre deputados, senadores e a grande imprensa.

Ninguém está explicando a diferença entre a cobrança direta, feita de acordo com a renda da pessoa, onde quem ganha mais paga mais (o chamado sistema tributário progressivo), e a cobrança indireta, quando o imposto é embutido no preço de serviços e produtos consumidos pelas pessoas.

Teoricamente, com a cobrança indireta (sobre produtos e serviços consumidos) os impostos são pagos por quem vende o produto (ou serviço) e por quem o consome.



ROBIN HOOD ÀS AVESSAS

No Brasil, cobra-se muito mais tributos sobre o consumo do que sobre a renda e a riqueza. Mais da metade de tudo o que é arrecadado é paga pelos consumidores. Nos impostos sobre consumo, como ICMS, IPI e ISS, quem ganha milhões e quem ganha o salário-mínimo, ricos ou pobres, pagam o mesmo valor.

Mas, será que quando falamos de imposto sobre a renda também é assim? Claro que não, né?!

Por exemplo, desde 1996 estão totalmente isentos os lucros e dividendos distribuídos aos acionistas de grandes empresas (verdadeiras fortunas). E também existem grandes injustiças para quem tem rendimentos salariais. O congelamento da tabela do Imposto Renda faz com que esse imposto aumente para as rendas mais baixas.

Além disso, a redução das faixas de tributação sobre a renda faz com que quem ganha R\$ 4.664,68 pague os mesmos 27,5% de quem ganha milhões por mês.

A desigualdade de renda no Brasil é absurda. Um levantamento da FGV a partir dos dados do Imposto de Renda das Pessoas Físicas e da Pnad Contínua mostra que o índice de Gini, usado para medir a concentração de renda, chegou a 0.7068 em 2020. O índice vai de zero a 1 e, quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade.

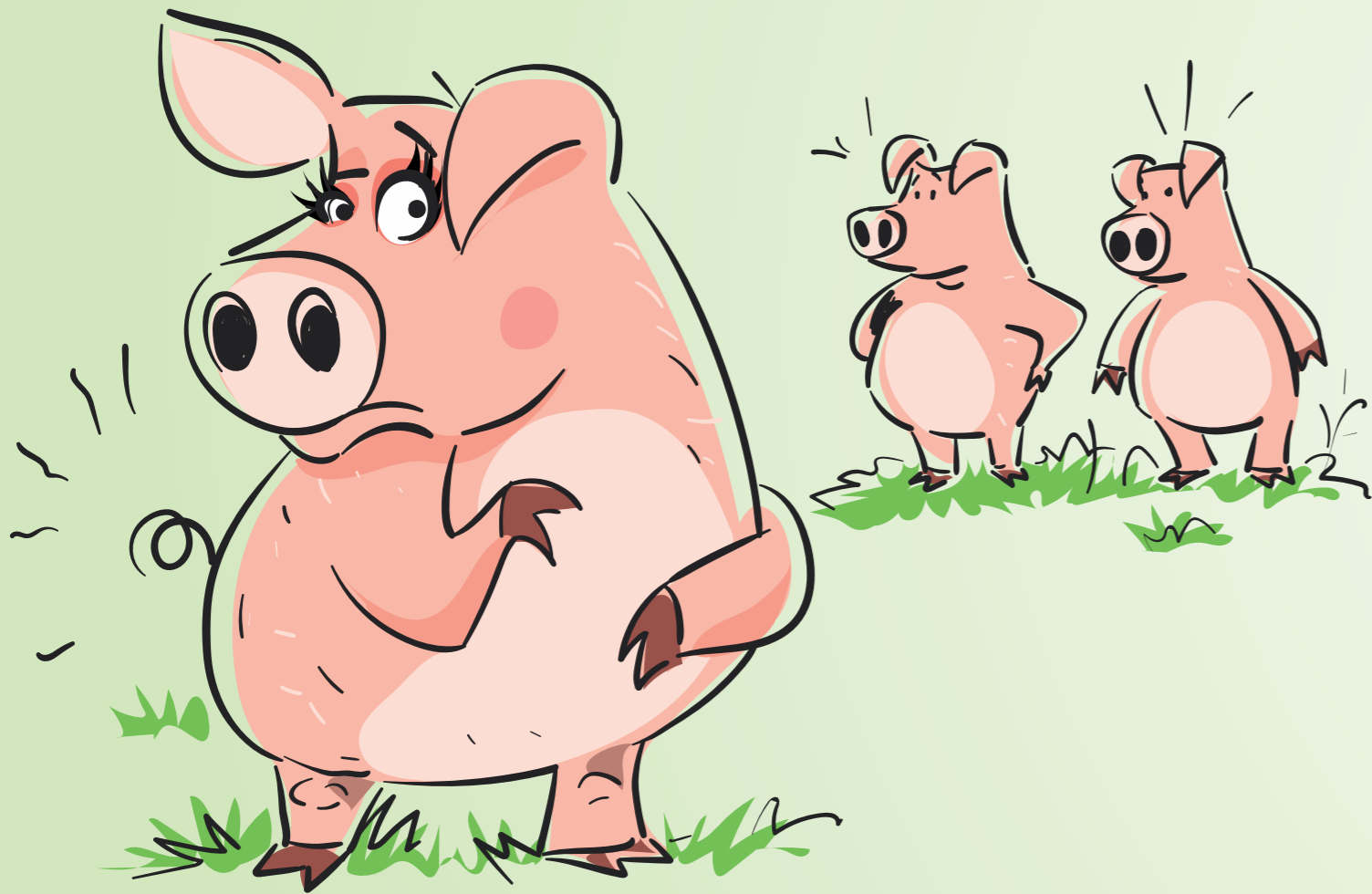
Dados da Pnad Contínua mostram que, em 2022, o rendimento domiciliar *per capita* médio do 1% da população que ganha mais de R\$ 17.447 era 32,5 vezes maior que o rendimento médio dos 50% que ganham menos do que R\$ 537.

Do jeito que está, com cobrança sobre o consumo e essas enormes injustiças na tabela de Imposto de Renda, quem é rico fica cada vez mais rico. E, quem é pobre, cada vez mais pobre.



EM 2022 FORAM DISTRIBUÍDOS MAIS DE R\$ 550 BILHÕES DE LUCROS E DIVIDENDOS SEM PAGAR NENHUM CENTAVO DE IMPOSTO. SE ESSES RENDIMENTOS FOSSEM TRIBUTADOS COMO SÃO OS SALÁRIOS, DARIA PARA TER ARRECADADO MAIS DE R\$ 140 BILHÕES.

É AQUI QUE A PORCA TORCE O RABO!



No Brasil, a cobrança sobre o consumo (que faz com que os ricos paguem proporcionalmente, muito menos do que os pobres) é a principal fonte de arrecadação. Queremos inverter essa prioridade, para que a principal arrecadação passe a ser sobre a renda e a riqueza. Assim, quem ganha mais pagará mais. Quem ganha menos, pagará menos.

SIM! O BRASIL PRECISA TER UM SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO DIRETA E PROGRESSIVA.

Para isso, as distorções da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) precisam ser corrigidas. Também é preciso acabar com a isenção dos lucros e dividendos e com a dedução para juros de capital próprio, além de deixar de cobrar de quem ganha até R\$ 5 mil, que já paga proporcionalmente mais do que os ricos nos impostos sobre consumo.

É aí que a porca torce o rabo, pois os grandes empresários e os muito ricos não querem isso. Eles querem o “Estado mínimo”. Querem pagar menos impostos do que estão pagando. Querem manter a isenção sobre lucros e dividendos e a dedução sobre juros de capital próprio, entre outros benefícios que eles têm. Além disso, querem que os consumidores continuem pagando os impostos embutidos nos produtos e serviços consumidos, o que faz com que os pobres, proporcionalmente, paguem mais do que quem tem altos rendimentos e os super-ricos. E os pobres, se quiserem ter acesso aos serviços públicos essenciais, que paguem por estes serviços (de preferência oferecidos por empresas privadas).

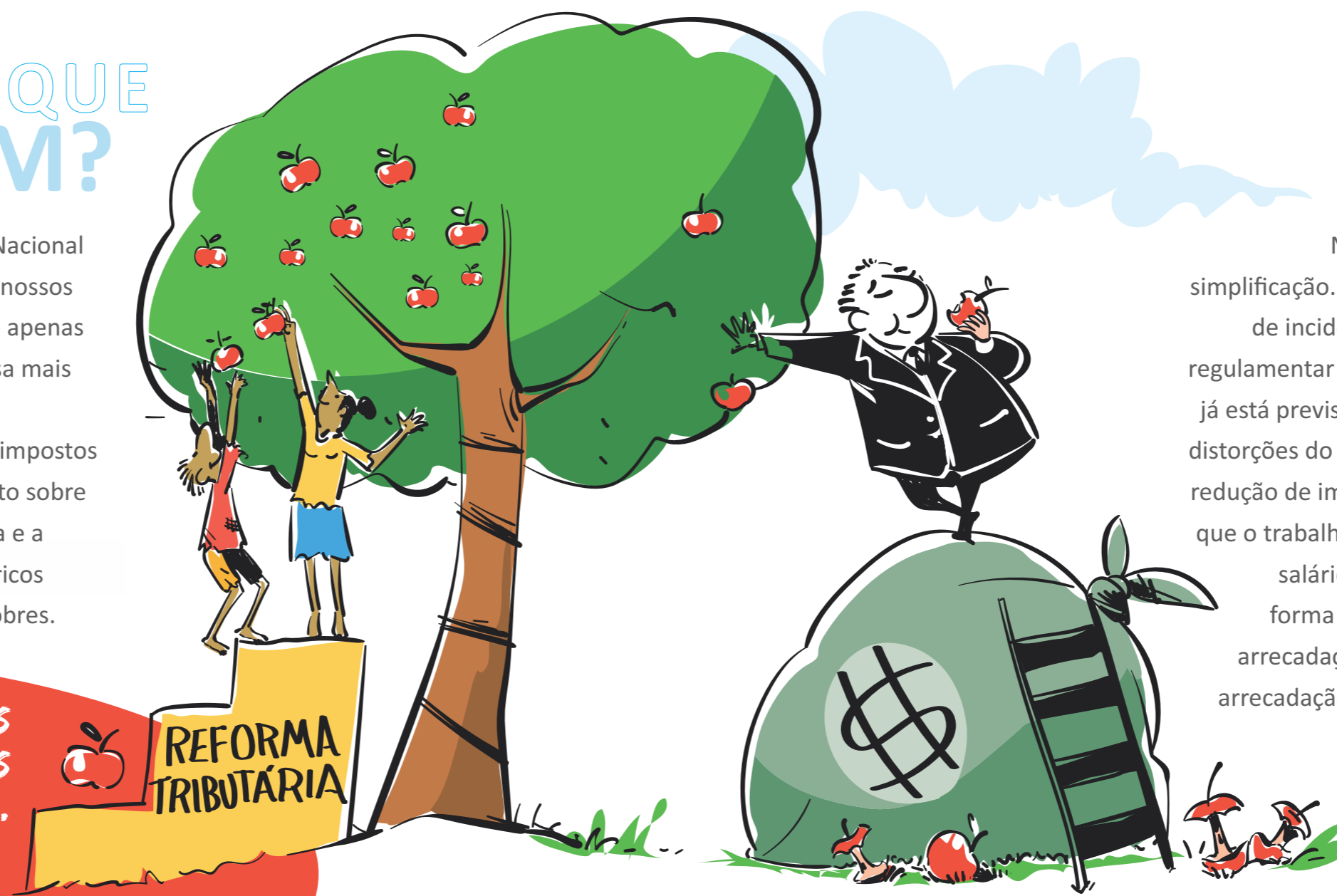
VOCÊ, TRABALHADOR, VAI VER ISSO E FICAR QUIETO?

SIMPLIFICAR PRA QUE E PRA QUEM?

Existem muitas propostas em tramitação no Congresso Nacional sobre a reforma tributária. Mas, como grande parte dos nossos parlamentares é representante do empresariado, fala-se apenas da “simplificação do sistema tributário”, que não é a coisa mais importante a ser feita.

Querem simplificar o sistema tributário unindo diversos impostos (IPI, PIS/Cofins, ICMS e ISS) em apenas um, o IVA (Imposto sobre Valor Agregado). Nada falam da tributação sobre a renda e a riqueza, para que tudo fique exatamente como está: os ricos ficando cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

A PRIORIDADE DOS RICOS E DOS EMPRESÁRIOS NÃO É A MESMA DOS TRABALHADORES E DOS MAIS POBRES.



Nós queremos que a reforma vá além da simplificação. Precisamos mudar a prioridade na base de incidência do imposto, cobrar dos mais ricos, regulamentar o Imposto sobre Grandes Fortunas (que já está previsto na Constituição Federal), e corrigir as distorções do Imposto de Renda. Isso vai possibilitar a redução de impostos para os mais pobres e fazer com que o trabalhador fique com uma maior parte de seu salário, ou seja, reequilibrar a arrecadação de forma justa. Tudo isso, sem que haja queda na arrecadação. Ao contrário, queremos aumentar a arrecadação, para possibilitar que o Estado forneça serviços de qualidade para a população. Este é o debate que queremos, “para além da simplificação”.

BORA MUDAR O RUMO DESSA PROSA!

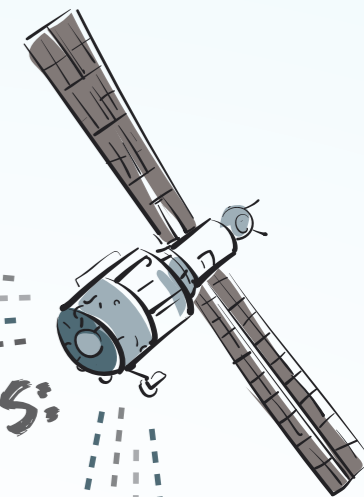
Então, se você é trabalhador e não está com a vida ganha, nem vive de renda, se liga! A reforma tributária é a oportunidade que temos de fazer com que a tributação, finalmente, ande no sentido do que determina a nossa Constituição. É preciso que os mais ricos passem a pagar para que os mais pobres possam ser aliviados e todas as nossas conquistas e direitos sejam preservados. A reforma tributária não pode gerar perda de capacidade de o Estado garantir estes direitos.

Ou seja, bora mudar o rumo dessa prosa! As mudanças precisam ir muito além da “simplificação”!



RESUMINDO, PRECISAMOS:

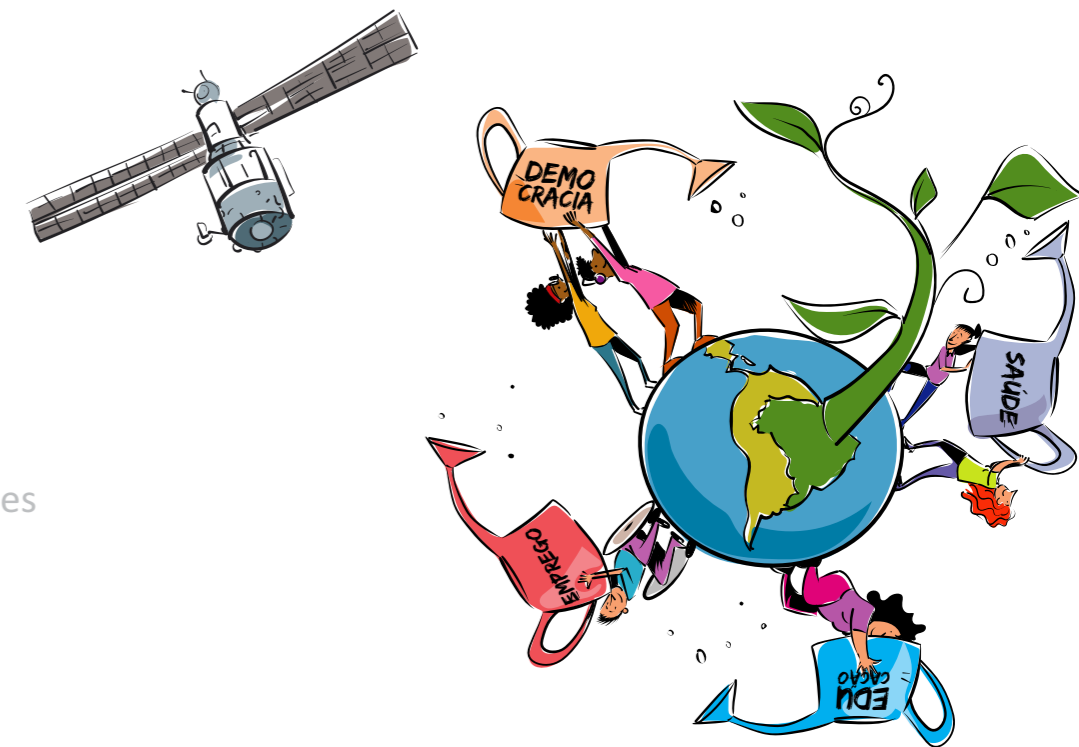
- Tributar a renda e a riqueza;
- Elaborar uma política de correção da tabela do Imposto de Renda;
- Criar novas faixas de tributação, com alíquotas maiores para quem ganha mais e menores para quem ganha menos;
- Aumentar o valor da faixa de isenção para algo em torno de R\$ 5 mil.



GESTÃO 2022 | 2026

Presidenta
Vice-presidente
Secretário Geral
Secretário de Administração e Finanças
Secretária de Comunicação
Secretária de Relações Internacionais
Secretário de Saúde do Trabalhador
Secretário de Formação Sindical
Secretária de Organização do Ramo Financeiro e Política Sindical
Secretário de Políticas Sociais
Secretário de Assuntos Socioeconômicos
Secretário de Assuntos Jurídicos
Secretária da Mulher
Secretário de Relações do Trabalho
Secretária da Juventude
Secretário de Combate ao Racismo
Secretário Cultural
Diretora Executiva
Diretora Executiva
Diretor Executivo
Diretora Executiva
Diretora Executiva
Diretor Executivo

Juvandia Moreira Leite
Vinícius de Assumpção Silva
Gustavo Machado Tabatinga Júnior
Luiz Cesar de Freitas
Elaine Cutis Gonçalves
Rita de Cássia Berlofa
Mauro Salles Machado
Rafael Zanon Guerra de Araújo
Magaly Lucas Fagundes
Elias Hennemann Jordão
Walcir Previtalo Bruno Dantas de Oliveira
Lourival Rodrigues da Silva
Fernanda Lopes de Oliveira
Jeferson Gustavo Pinheiro Meira
Bianca Garbelini
Almir Costa de Aguiar
Carlos Miguel Barreto Damarindo
Ivone Maria da Silva
Rosalina do Socorro Ferreira Amorim
Marco Aurélio Silveira Silvano
Kátia Virgínia Cadena Ferraz
Eliana Brasil Campos
Wagner Figueiredo dos Santos



DO JEITO QUE O POVO QUER

Mudanças no sistema tributário
precisam beneficiar os mais pobres

Expediente

“Do jeito que o povo quer – Mudanças no sistema tributário precisam beneficiar os mais pobres” é uma publicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro | Presidenta: Juvandia Moreira Leite | Secretária de Comunicação: Elaine Cutis | Secretário de Assuntos Socioeconômicos: Walcir Previtalo | Base de dados: Dieese | Redação: Paulo Flores (MTB 45431/SP) | Revisão: João Valentino Alfredo, Lilian Milena e Rodrigo Zevzikovas | Diagramação: Alexandre Rolim | Ilustração: Vicente Mendonça

Reprodução autorizada, desde que mantidos os créditos da fonte e o conteúdo.

São Paulo, outubro de 2023.